



Mantega quer o fim de subsídio a importados

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, ministro da Fazenda diz que medida ajuda na defesa da indústria nacional

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu ontem no Senado medidas para proteger o país da crise internacional e da “concorrência predatória” lançada

pelas nações desenvolvidas sobre os mercados mundiais. Ele quer, por exemplo, o fim dos incentivos de ICMS concedidos por governos estaduais a produtos importados. **3**

Segundo o ministro, resultado negativo da balança comercial brasileira em relação a manufaturados chegou a US\$ 82 bi em um ano



Genilino Magalhães/Senado Federal

Faixa da fronteira sofre com ausência de médicos

Diagnóstico foi apresentado por representantes do Ministério das Relações Exteriores, em audiência pública promovida pela subcomissão da CRE. **6**



Ministro Edison Lobão (E), com os senadores Delcídio do Amaral e Lúcia Vânia

Para Lobão, é preciso fechar acordo sobre royalties

Ministro de Minas e Energia teme que derubada de veto inicie batalha judicial. **2**

Debate pede união de Estado e sociedade contra o crack

Participantes de audiência pública na CAS alertam que o poder público, sozinho, não está preparado para o desafio de combater avanço da droga no país. **7**

Encarte mostra importância do orçamento municipal



Bruno Sartório/Senado Federal

Aprovada na CE profissão de compositor **8**



Márcia Kalluma/Senado Federal

Combate à corrupção é tema de três discussões

O debate de formas para enfrentar a corrupção no país mobilizou três comissões do Senado ontem. Na CDH, representantes de entidades como a Transparência Brasil afirmaram que o Estado tem falhado no combate aos corruptos. Na CRA e na CDR, os ministros da Reforma Agrária e do Turismo deram explicações sobre recentes denúncias em suas pastas.

Senador Paulo Paim (C) na CDH, entre representantes de organizações da sociedade que debateram a corrupção: Estado tem falhado no combate



José Cruz/Senado Federal

Ministro Afonso Florence (E) falou na CRA, presidida por Acir Gurgacz



Luiz Alves/Senado Federal

Novais (E), do Turismo, com Benedito de Lira, da CDR: culpa dos antecessores



Apoiado por diversos senadores, ministro de Minas e Energia diz que projeto do governo, que garante recursos para os estados não produtores, é a melhor solução

Lobão defende acordo sobre royalties para evitar impasse

O IMPASSE SOBRE a distribuição dos royalties da exploração petrolífera precisa ser resolvido ainda este ano para que a questão não acabe decidida no Judiciário. Essa percepção marcou ontem a audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Lobão afirmou apoiar a atual proposta governamental sobre a distribuição dos royalties. Mas disse que o debate continua aberto e que o ministério e o governo federal estão ouvindo sugestões, críticas e reivindicações de parlamentares, governadores e prefeitos, para que Executivo e Legislativo consigam chegar a um consenso.

No ano passado, ao sancionar a Lei 12.351/10, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o artigo 64 da norma. Esse artigo foi originado de emenda apresentada ao PLC 7/10 determinando a divisão igual dos royalties entre todos os estados e municípios.

Senadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo argumentaram que o dispositivo resultaria em perdas de R\$ 10 bilhões anuais para os estados produtores.

De acordo com o texto vetado, a União poderia ficar responsabilizada em compensar essas perdas de receitas dos estados e municípios produtores, o que não agradou ao Executivo.

Deputados e senadores dos estados não produtores vêm defendendo desde então a derrubada do veto pelo Congresso Nacional. O ministro Lobão e parte dos senadores presentes ao debate disseram temer que,



Lobão (D) teme que derrubada de veto mergulhe a questão em problema judicial

caso o veto caia, a União recorra ao Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir a questão. Nesse caso, segundo Edison Lobão, a decisão do STF seria imprevisível, podendo criar um impasse jurídico.

Depois do veto, o Poder Executivo enviou ao Congresso o PL 8.051/10 para tentar acalmar os ânimos dos não produtores, aumentando os recursos que serão recebidos por estados e municípios

Lobão apoia compensações para estados produtores e repasses para os não produtores

em cujos territórios não há exploração petrolífera. É em torno desse projeto que Edison Lobão e o Executivo vêm buscando encontrar um consenso. O projeto de lei foi apoiado pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Lindbergh Farias (PT-RJ) se pronunciaram reclamando que as atuais propostas vão ocasionar perdas de receitas bilionárias para o estado do Rio de Janeiro.

Blairo Maggi (PR-MT) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CI, defenderam que os estados não produtores também precisavam ser beneficiados pela futura

exploração do pré-sal. Para eles, os estados produtores já têm um benefício a mais, que é o aquecimento da economia regional ocasionado pelas atividades econômicas da própria exploração petrolífera. Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o pré-sal "é uma riqueza nacional" e tem de "beneficiar todos os estados e todos os municípios".

Lobão lembrou que a Constituição prevê que os "estados confrontantes" (em cujas costas marítimas é ou será extraído petróleo) têm direito a mais recursos, mas lembrou que a Constituição prevê ainda que estados não confrontantes também têm o direito de ser beneficiados financeiramente pela exploração do petróleo.

Fundo Soberano

Edison Lobão registrou ainda que o país contará com um Fundo Soberano, que receberá bilhões de dólares oriundos da exploração do pré-sal. Segundo ele, esses recursos não poderão ser gastos livremente pelo governo, mas serão destinados prioritariamente e obrigatoriamente para investimentos em todo o território nacional, nas áreas de combate à pobreza, saúde, educação e cultura, por exemplo.

Ferraço pede compensação financeira a produtores



Ricardo Ferraço

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu o estabelecimento de um acordo no Congresso Nacional que assegure a compensação financeira para estados produtores de petróleo.

Na avaliação do parlamentar, diante do ônus e dos riscos impostos pela atividade petrolífera, os estados produtores precisam receber tratamento diferenciado com relação à distribuição dos royalties.

– Além de eventuais prejuízos ambientais, de menor ou maior escala, vale observar que a indústria petrolífera atrai outras indústrias de suporte e, com elas, demanda abundante de mão de obra. O impacto social e o crescimento desordenado das cidades são inevitáveis. As despesas com infraestrutura se multiplicam, assim como a demanda por moradia, água, energia, transportes, segurança e outros serviços públicos – argumentou o senador Ricardo Ferraço.

Ana Amélia apoia mobilização de prefeitos

Ana Amélia (PP-RS) anunciou ontem a realização, no Senado, nos dias 13 e 14 de setembro, da Mobilização Municipalista Nacional e citou diversos pontos de interesse dos prefeitos. Ela defendeu maior participação dos municípios na divisão dos recursos tributários.

De acordo com a senadora, os dois principais objetivos do evento serão obter dos parlamentares do Congresso Nacional a apreciação do veto à redistribuição dos royalties do petróleo e a regulamentação da Emenda 29.

– Em que pese os recursos minerais, como o petróleo, sejam de todos os brasileiros, e, portanto, as riquezas oriundas de sua extração devam ser divididas entre todos os entes federados, é necessário que seja feita uma transição que não prejudique a receita dos estados e municípios produtores, que hoje dependem desses recursos – comentou, com relação ao problema da redistribuição dos royalties do petróleo.



Ana Amélia

CAE e CI ouvem presidente da Petrobras sobre royalties

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, participa hoje da segunda audiência pública do ciclo promovido pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre distribuição dos royalties do petróleo. Amanhã será a vez do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

De acordo com o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), um dos objetivos dessas discussões é a elaboração de uma nova proposta de divisão dos royalties, "uma solução que se-

ria negociada com as bancadas e os governadores de estados produtores e não produtores".

O ciclo de debates prossegue na semana que vem. Na próxima quarta-feira, está prevista uma audiência com a participação dos governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e do Espírito Santo, Renato Casagrande, que representam os estados produtores. Na quinta-feira, será a vez dos governadores de Pernambuco, Eduardo Campos, e Sergipe, Marcelo Déda, como representantes dos estados não produtores.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados pelos senadores em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PEC dos Precatórios

14h A pauta da sessão deliberativa ordinária inclui discussão e votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prevê a adesão ao regime especial de precatórios até a data de 31 de dezembro de 2012.

Presidência Embaixador de Portugal

11h José Sarney recebe o ex-senador Gerson Camata; às 11h30, o embaixador João Salgueiro, de Portugal; às 12h, o senador Flexa Ribeiro, com o deputado Elias Castillo, presidente do Parlatino, e o senador chileno Jorge Pizarro.

CCT/CMA/CRA Código Florestal

8h30 As três comissões realizam audiência pública sobre o novo Código Florestal. Participam os ex-ministros do Meio Ambiente Marina Silva, Carlos Minc, Sarney Filho, Rubens Ricuperro, José Goldemberg e José Carlos Carvalho. Após a audiência, a CCT realiza reunião extraordinária para a votação de requerimentos.

CAS/CDH Doença falciforme

9h As comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos discutem a doença falciforme no Brasil. Foram convidados, entre outros, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; o secretário de Saúde da Bahia, Jorge Solla; e a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

CI Nova diretoria do Dnit

9h Os senadores examinam as indicações de Roger da Silva Pêgas, José Florentino Caixeta, Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira, Adão Magnus Marcondes Proença e Mário Dirani para a diretoria do Dnit.

CCJ Reforma política

10h Entre as propostas relativas à reforma política que estão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, está o projeto de lei do senador José Sarney e outros senadores que institui cláusula de desempenho para fins de atuação parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

CE Projeto Rondon

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte recebe em audiência o brigadeiro Rogério Luiz Veríssimo, chefe do Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação do Ministério da Defesa e coordenador-geral do Projeto Rondon, e o vice-almirante Bernardo José Pierantoni Gambôa, presidente da Comissão Desportiva Militar Brasileira do Ministério da Defesa.

CPI Direitos autorais

13h A CPI que investiga supostas irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição com direitos autorais ouve o gerente executivo de arrecadação do Ecad, Márcio de Oliveira Fernandes, o advogado Daniel Campello Queiroz e os cantores e compositores Ivan Lins e Sandra de Sá.

CAE/CI Royalties

14h As duas comissões discutem critérios de repartição dos royalties da exploração do petróleo entre os estados com o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

CAE aprova medida para conter produtos estrangeiros

A avalanche de produtos importados no mercado brasileiro pode ser contida. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 176/08), do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que visa preservar a indústria nacional da "concorrência predatória e selvagem".

Caso o projeto se torne lei, órgãos responsáveis pela regulamentação técnica federal, como o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), poderão atuar na alfândega, função que antes cabia exclusivamente à Receita Federal.

No caso, o Inmetro poderá comprovar se o produto atende às regulamentações técnicas expedidas por ele próprio. Caso não esteja de acordo,

poderá ser retido ou até mesmo destruído. O importador terá de arcar com os custos de armazenamento e de eventual destruição.

O objetivo é submeter os produtos importados às mesmas exigências de licenciamento a que se sujeitam os fabricados no Brasil. Segundo o relator na CAE, Eduardo Suplicy (PT-SP), importados não sujeitos aos mesmos requisitos de qualidade e segurança exigidos dos similares nacionais podem ser colocados no mercado brasileiro a custos muito menores.

Na avaliação do senador, que fez três emendas ao texto, a proposta visa proteger também o consumidor, "evitando que mercadorias inadequadas para o consumo cheguem às prateleiras do varejo".



Luiz Henrique (E, com Renan Calheiros) elogiou projeto aprovado pela CAE

Senadores afirmam que projeto faz defesa da indústria nacional

Na discussão da proposta, os senadores Luiz Henrique (PMDB-SC), Armando Monteiro (PTB-PE), José Pimentel (PT-CE), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Delcídio do Amaral (PT-MS) elogiaram o texto por estabelecer isonomia entre produtos nacionais e importados, na avaliação da qualidade.

Os parlamentares observaram que os produtos nacionais estão sujeitos a uma série de exigências contidas na regulamentação técnica federal, avaliadas pelo Inmetro. Essas exigências, segundo eles, não são feitas aos importados.

Luiz Henrique afirmou que a "discriminação às avessas", em

prejuízo da indústria nacional, tem levado à desindustrialização do país. Armando Monteiro disse que, com o projeto, o Brasil reforça seu sistema de defesa sem ferir a Organização Mundial do Comércio (OMC).

José Pimentel registrou que o projeto vai ao encontro do plano Brasil Maior. Francisco Dornelles observou que a matéria é tão importante que o governo deveria tê-la adotado por medida provisória.

Antes de ir ao Plenário, o projeto deverá ser examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Dívida tributária paga em parcelas e sem multa moratória

A dispensa de multa moratória (juros pelo pagamento fora do prazo) pode valer também para quem confessar voluntariamente débito tributário e propuser quitação de forma parcelada. É o que diz o projeto de lei complementar (PLS 399/09 – Complementar) também aprovado ontem pela CAE. O benefício já é concedido quando o contribuinte se apresenta ao Fisco antes de qualquer medida fiscalizatória, mas somente na condição de pagar a vista o que deve.

Para o autor da proposta, Valdir Raupp (PMDB-RO), a intenção do legislador ao criar o

dispositivo da denúncia espontânea foi prestigiar a boa-fé do contribuinte que confessa sua falta e propõe a regularização. Apesar disso, conforme observou o senador, as decisões judiciais têm considerado que o parcelamento não equivale a uma garantia de pagamento. Por isso, o entendimento é de que a multa moratória deve ser cobrada.

O relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), defendeu a tese de que a confissão espontânea foi criada para favorecer o cidadão que age com lealdade e tem como fundamento a dispensa da multa.

Fim dos subsídios aos tributos sobre importados seria uma forma de defender a indústria nacional contra a concorrência predatória dos países mais atingidos pela crise

Governo quer novo ICMS sem subsídios a importados

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, defendeu ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o fim dos subsídios tributários concedidos por alguns estados a produtos importados, à revelia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Mantega disse que, no caso de importados, esses estados concedem créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), equivalentes a cerca de 10%, o que significaria um pagamento efetivo de imposto de apenas 2%.

Como os fabricantes nacionais pagam alíquotas de 12% e não se beneficiam desses créditos, seus produtos ficariam em desvantagem no preço final ao consumidor, avaliou o ministro. Por isso, ele é favorável à aprovação de projeto de resolução (PRS 72/10) de Romero Jucá (PMDB-RR) que uniformiza o ICMS para importações. Mantega defendeu a ampliação do debate para todas as alíquotas interestaduais do imposto, com sistema mais racional de arrecadação.



Guido Mantega (E), ao lado de Delcídio do Amaral: sinalização positiva para estados

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) sugeriu ao governo que junte na mesma discussão da alíquota do ICMS a substituição do indexador das dívidas dos estados renegociadas na década de 1990.

Os contratos em vigor prevêm, como critério de correção, o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescido de juros reais de 6% ou 7,5% ao ano. Os estados desejam um critério de correção semelhante ao

praticado pelo próprio governo federal, que paga a taxa Selic, o que liberaria dinheiro para investimentos públicos locais.

O ministro concordou com o senador e também defendeu a preservação da capacidade de investimento dos estados. Segundo Mantega, uma redução da atratividade dos investimentos privados – motivo dos incentivos dados aos importadores – poderia ser compensada por outros mecanismos.

Proteção contra a "concorrência predatória"

O fim dos subsídios tributários sobre os produtos importados contribuiria, segundo Guido Mantega, para defender a indústria brasileira contra os efeitos da crise internacional sobre a indústria nacional. Ele afirmou que a crise de 2008 não terminou para as economias avançadas, que deflagraram "concorrência predatória" sobre mercados mundiais.

Esses países, conforme o ministro, adotaram políticas monetárias expansionistas, com o aumento excessivo da liquidez, e assim passaram a manipular o câmbio. Ele informou já ter levado sua preocupação ao diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, mas o organismo teria dificuldade para qualificar o chamado subsídio cambial.

A instabilidade externa e

a guerra cambial, segundo Mantega, prejudicam os manufaturados nacionais, cuja balança comercial foi negativa em US\$ 82 bilhões nos últimos 12 meses.

Diante desse resultado, o ministro da Fazenda garantiu que o governo não permitirá a extinção da indústria e está adotando uma série de providências, dentro de uma agenda de competitividade.

Mantega citou como medidas de auxílio à indústria a desoneração da folha de pagamentos, os créditos aos investimentos e ao capital de giro, e a preferência às empresas nacionais nas compras governamentais. Além disso, mencionou a ampliação dos limites de enquadramento do Simples e do Microempreendedor Individual. O Reintegra, outra medida citada por Man-

tega, foi encarada com reservas por Aécio Neves (PSDB-MG). Para o senador, o mecanismo se assemelha com o que o governo federal critica em relação aos estados que concedem incentivos fiscais.

O Reintegra prevê a restituição em espécie, aos produtores de bens manufaturados, do equivalente a até 3% de suas exportações como forma de compensar o pagamento de tributos ao longo da cadeia que não são desonerados pelos benefícios em vigência.

Aécio Neves questionou os critérios de seleção dos setores mais beneficiados pelo mecanismo, já que o incentivo é variável de zero a 3% das exportações.

A audiência pública com o ministro da Fazenda, que durou mais de três horas, foi presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS).

Pimentel elogia debates sobre a crise econômica

José Pimentel (PT-CE) registrou ontem a abertura do ciclo de debates sobre a crise mundial, promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo ele, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, salientou na abertura o baixo desempenho de Estados Unidos, Europa e Japão, com clara tendência de recessão.

De acordo com a análise do ministro, disse o senador, para lidar com dívidas acima do PIB decorrentes da crise de 2008, esses países estariam tomando medidas para fragilizar as indústrias dos países emergentes. No caso dos Estados Unidos, haveria um agravante: emitiram mais de US\$ 1 trilhão, gerando excesso de liquidez e valorização das moedas de outros países. O ministro avalia que a situação do Brasil é boa: inflação em equilíbrio e geração de empregos.

Pimentel elogiou o ciclo de debates, afirmando que mostra caminhos para o crescimento econômico com justiça social.

Fim da DRU e PEC 300 preocupam o governo

O eventual fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que dá mais flexibilidade ao governo para aplicar recursos vinculados a determinados setores, e a possível aprovação da PEC 300/08, que fixa piso salarial para bombeiros e policiais, preocupam o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Na audiência de ontem na CAE, ele afirmou que a crise internacional obriga o país a persistir na busca de bons resultados primários em suas contas e essas propostas "acabam ameaçando a situação do governo".

Segundo Guido Mantega, a contenção do custeio cria mais espaço para a ampliação dos investimentos e para a redução dos juros.

– Manter um [resultado] fiscal mais sólido cria condições para que os juros possam cair no Brasil. É claro que no momento certo, em que o Banco Central considerar adequado, quando a inflação estiver sob controle.



Na CRA, o senador Acir Gurgacz (C) ouviu explicações do ministro Afonso Florence e do presidente do Inbra, Celso Lacerda

Mais transparência na reforma agrária

A divulgação pela internet de informações e imagens de assentamentos rurais pode dar mais transparência à reforma agrária. Sugestão para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) adote essa medida foi feita ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Os senadores ouviram o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, e o presidente do Inbra, Celso Lisboa de Lacerda, chamados para esclarecer denúncia de venda ilegal de lotes de reforma agrária na Bahia e em Mato Grosso. Autor do requerimento para o debate, Alvaro Dias (PSDB-PR) se disse satisfeito com as explicações, mas observou que o governo evitará desvios se der maior publicidade às ações. Walter Pinheiro (PT-BA)

acrescentou que um processo de informação *on-line* pode permitir, por exemplo, que a Controladoria-Geral da União alerte o ministério sobre irregularidades. Ele assinalou as potencialidades de um mapeamento por satélite, para a implantação de assentamentos. Em resposta ao presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), o ministro informou que o programa em Rondônia deverá estar concluído em 2012. Florence revelou que o governo estuda formas de evitar problemas como criação de assentamentos em locais distantes de produção, transformação e comercialização. A iniciativa recebeu apoio de Cyro Miranda (PSDB-GO). Para Valdir Raupp (PMDB-RO), Lacerda relatou providências contra venda de lotes do

Assentamento Cumuruxatiba, em Prado (BA), criado em 1986. Ele explicou que parte está em área com forte apelo turístico, sujeita à pressão por venda. Disse que foram identificados 75 lotes irregulares, cujos responsáveis respondem a reintegração de posse, de um total de 169 parcelas. No Assentamento Jonas Pinheiro, em Sorriso (MT), 20 dos 271 lotes estão irregulares, e os responsáveis foram notificados. O presidente do Inbra informou que, das 924 mil famílias assentadas no Brasil, 100 mil já deixaram as áreas, e seus lotes foram retomados. Para ele, a rotatividade é normal, em especial nos primeiros três anos, quando vínculos estão sendo construídos. Lacerda ressaltou que a substituição é feita pelo Inbra, sendo crime a venda de lotes.



José Sarney (E, ao fundo) acompanha o cumprimento da presidente Dilma Rousseff ao novo ministro, Mendes Ribeiro

Sarney participa de posse de Mendes Ribeiro

O presidente José Sarney esteve ontem na posse do novo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, no Palácio do Planalto. Ele substituiu Wagner Rossi, que deixou o cargo na semana passada após suspeitas de irregularidades na pasta. Ao comentar a escolha de Mendes Ribeiro (que se licenciou do cargo de deputado federal pelo PMDB gaúcho), Sarney disse, na semana passada, que o deputado gaúcho é "um homem de excelentes qualidades e que teve um grande desempenho como líder do governo no Congresso". Em seu discurso de posse, Mendes Ribeiro afirmou que trabalhará para garantir a renda do produtor rural e prometeu buscar mais recursos para a Política

de Garantia de Preços Mínimos, para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e para a defesa sanitária. — É necessário ter competência e coragem para buscar, todos os dias, agregar valor à cadeia produtiva. É preciso garantir a renda do produtor. Este é um dos maiores desafios — disse Mendes Ribeiro. O novo ministro também prometeu ouvir e dialogar com todos os ministérios e com todas as esferas sociais no comando da pasta. Durante a cerimônia, o ex-ministro Wagner Rossi fez um panorama do setor e disse que o superávit no comércio de bens do agronegócio neste ano ajudará o Brasil a superar a crise econômica internacional.

— Este ano teremos R\$ 80 bilhões de superávit, o que garantirá a estabilidade do país frente ao cenário de crise mundial — afirmou. Para Dilma Rousseff, uma das principais heranças deixadas por Wagner Rossi é o Plano Safra 2011/2012. A presidente disse esperar que o novo ministro da Agricultura execute um bom trabalho. — O plano agrícola será agora executado pelo ministro Mendes Ribeiro e tenho certeza de que será bem executado. Os avanços deste Plano Safra 2011/2012 envolvem a simplificação e a desburocratização do acesso ao crédito, mais apoio aos médios produtores e envolve o fortalecimento da agricultura de baixo carbono — disse Dilma Rousseff.

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, representantes da sociedade civil criticaram partidos por "loteamento da administração pública" e tribunais por falta de rigor na hora de julgar servidores acusados de desvios. CNBB defendeu reforma política profunda

Entidades afirmam que poder público falha na luta contra a corrupção

ENTIDADES DA SOCIEDADE civil criticaram o poder público por falhar no combate à corrupção. O tema foi debatido ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A primeira crítica foi feita pelo diretor executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo. Contrário ao "loteamento da administração pública" pelos partidos — uma "usina de corrupção" —, ele pediu redução drástica da livre nomeação para cargos públicos. — Os nomeados são agentes partidários que não trabalham para o público. É desabido que a Constituição permita isso — disse. Pedro Taques (PDT-MT) apoiou Abramo. Para ele, "partido político não serve para dar emprego a quem quer que seja". O presidente da Associação



Observado por Paulo Paim (C), Claudio Weber Abramo (E) afirma que a Constituição não deveria permitir a livre nomeação para cargos públicos

Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo, discordou. Segundo ele, os partidos eleitos têm legitimidade para executar as políticas públicas. O problema, na visão de Azêdo, é a leniência — "principalmente do Judiciário" — na hora de punir a corrupção. Na mesma linha, a rapidez

no julgamento desses crimes foi defendida por Roberto Requião (PMDB-PR). O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Bolívar Steinmetz, falou da necessidade de bloquear os bens das pessoas condenadas por corrupção. No debate, Pedro Simon

(PMDB-RS) e a representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Jovita José Rosa, lembraram a resposta da presidente Dilma Rousseff às denúncias de corrupção no governo. Ministros e servidores acusados de desvios foram afastados. — Isso mostra que a presi-

dente age com seriedade no trato da coisa pública — avaliou Pedro Simon. O representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Guilherme Werlang, falou da necessidade de uma reforma política profunda, e não "pequenos remendos" na legislação.

Possibilidade de CPI gera debate

A possibilidade de criação da CPI Mista da Corrupção também foi debatida na audiência pública da CDH. Senadores como Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) disseram não abrir mão de investigar supostos desvios no governo Dilma Rousseff, mesmo apoiando sua decisão de afastar ministros e servidores acusados de malversação de verbas. Mais cauteloso, Casildo Maldaner (PMDB-SC) ainda não decidiu se irá subscrever o requerimento de criação dessa comissão. Sua intenção, explicou, é ouvir as considerações das entidades da sociedade civil sobre o combate à corrupção e à impunidade antes de definir sua posição sobre a CPI. Enquanto o Congresso Nacional não define essa questão, o assessor da presidência da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Luiz Gomes da Rocha Neto, pediu a tramitação mais rápida de cerca de cem propostas legislativas de combate à corrupção. Em resposta, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a criação de comissão para dar andamento especial a esses projetos.



Senador diz que recebeu ameaças de morte

Mário Couto cobra apoio à criação de CPI

Mário Couto (PSDB-PA) apelou aos senadores para que assinem requerimento que permitirá a criação da CPI Mista da Corrupção, para apurar as denúncias contra o governo federal. O documento recebeu o apoio de 115 deputados e 20 senadores. Para que seja instalada, são exigidas assinaturas de, no mínimo, 171 deputados e 27 senadores. — Esta Casa precisa que seus senadores assinem a CPI da Corrupção. Como é que nós vamos fazer um movimento contra corrupção quando não se consegue 27 assinaturas de senadores para se abrir CPI nesta Casa? Mário Couto disse que recebeu ameaças de morte por denunciar a corrupção da tribuna do Senado, mas disse não ter medo. Mesmo assim, comunicou a situação ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.



Senadora aponta hipocrisia dos acusados

Vanessa: denúncias tentam parar governo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou artigo do jornalista Leonardo Attuch, para a revista *Isto É*, a respeito da faxina que estaria sendo promovida pela presidente Dilma Rousseff em órgãos do governo. A parlamentar salientou especialmente o último parágrafo do texto: "Os surtos de indignação ética não podem ser seletivos. Se o Brasil quer limpar o setor público, que comece então a discutir uma reforma política profunda, com temas como o próprio financiamento público de campanha. 'Faxinas' pautadas pela hipocrisia não levarão a lugar algum". Para Vanessa, não se pode permitir que o combate à corrupção, que deve ser considerado um princípio de cada agente público, seja utilizado como tentativa de paralisar o governo da presidente Dilma Rousseff.



Pedro Simon vê conjuntura favorável

Simon: momento ideal para mudar a política

Este é o momento ideal para a sociedade fazer uma grande transformação na política brasileira, tendo em vista que a conjuntura atual, aliada à atuação da presidente Dilma Rousseff, favorece o combate à corrupção, afirmou ontem Pedro Simon (PMDB-RS). Para o senador, a presidente Dilma está tomando a posição de apurar a denúncia e demitir o envolvido, atitude que fez com que alguns líderes partidários ameaçassem com retaliação. A reação, ressaltou, veio por parte da sociedade, da imprensa e de parlamentares de todos os partidos, que engrossam um movimento que cobra da presidente o cumprimento de suas promessas de combate à corrupção. — Que a presidente saiba que ela tem cobertura no Congresso e na sociedade para ela ter um governo íntegro, responsável, competente.

Novais atribui denúncias aos antecessores

As recentes denúncias de irregularidades no Ministério do Turismo, que levaram à prisão de 36 pessoas na operação Voucher, da Polícia Federal, são referentes a gestões passadas. Foi o que afirmou o ministro Pedro Novais aos senadores em reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Segundo Novais, a fiscalização de obras é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, que repassa os valores. De acordo com o ministro, em 2011 já foram devolvidos aos cofres públicos R\$ 15,8 milhões de irregularidades. Mais R\$ 3,7 milhões estariam sendo devol-

vidos de maneira parcelada. Ainda de acordo com Novais, foram cancelados convênios no valor de R\$ 3,8 milhões e empenhos no valor de R\$ 19 milhões. Entre as providências tomadas após as denúncias, o ministro destacou a adoção de critérios mais rigorosos para a prestação de contas por parte das entidades privadas sem fins lucrativos. Desde 12 de agosto, o ministério só celebra convênios com entidades que provarem a aplicação regular de repasses anteriormente recebidos. Também foi suspensa por 45 dias a assinatura de convênios com esse tipo de entidade.



Pedro Novais (E) deu explicações na reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida por Benedito de Lira

Rolleberg destaca Portal da Transparência

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comunicou ontem o lançamento, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Portal da Transparência sobre obras da Copa de 2014. O portal, criado durante o mandato do então senador Renato Casagrande à frente da CMA, só entrou em operação em julho. O parlamentar elogiou o Prodasen, órgão do Senado que desenvolveu o site. Rolleberg informou que todos os municípios e estados nos quais forem realizados eventos da Copa estarão obrigados a publicar na internet informações detalhadas sobre projetos e contratos.



Rolleberg: informações abertas

Agripino lembra que DEM sugeriu leilão de aeroporto

José Agripino (DEM-RN) comemorou o resultado do leilão de privatização do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), obra que se arrasta há dez anos. Agripino aproveitou para rememorar estudo feito pelo DEM e entregue ao Ministério da Defesa em junho de 2007, que sugeria exatamente essa saída, a entrega a grupos privados, já que o poder público não tinha recursos para bancar a construção. — O governo precisa abrir os ouvidos para dialogar democraticamente com aqueles que querem colaborar. A oposição que faço não é apenas da crítica, faço, e muito dura, quando é preciso, mas tenho contribuído inclusive votando com o governo — afirmou.



Agripino: privatização foi elogiada

Davim comemora consórcio que vai finalizar obra no RN

Paulo Davim (PV-RN) comemorou um discurso o resultado do leilão para concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN), realizado na última segunda-feira, na Bolsa de Valores de São Paulo. O leilão foi vencido pelo Consórcio Inframérica, que apresentou lance de R\$ 170 milhões — 228% acima do valor mínimo estipulado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O consórcio será responsável pela finalização da construção, pela manutenção e pela exploração do aeroporto nos próximos 25 anos, informou Davim. O grupo é composto pela Engefix, do Brasil, e pela Corporación América, da Argentina.



Davim: grupo finalizará construção



Tarcísio Freitas (E) e Jorge Fraxe, indicados ao Dnit, ao lado da senadora Lúcia Vânia, presidente da CI, e do vice, Blairo Maggi

Indicado ao Dnit promete divulgar até aditivos pela internet

Indicado para diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o general Jorge Fraxe prometeu incluir entre suas primeiras providências publicar as decisões da diretoria na internet, inclusive os aditivos contratuais de obras. O anúncio foi feito ontem, logo depois da aprovação de sua indicação para o cargo, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

— Acho que isso vai dar mais credibilidade e deixar vocês, que trabalham para manter a população informada, a par do que está acontecendo — disse o general. A indicação de Jorge Fraxe foi aprovada na CI com a unanimidade dos 18 senadores presentes. Com a mesma votação, Tarcísio Gomes de

Freitas, auditor da Controladoria-Geral da União (CGU), foi confirmado para o cargo de diretor executivo. Agora, as mensagens seguem para decisão final do Plenário. Quanto aos aditivos contratuais, o general Fraxe esclareceu que irá além da divulgação das decisões, e publicará também os arquivos com todos os elementos técnicos que servirem de base para alterações nos projetos,

justificando assim a necessidade de aditivos — que normalmente envolvem aumento nos custos das obras. — Não podemos fazer nada escondido. O Dnit tem um rito para aprovar modificações em obras — disse, para salientar que o órgão já está submetido a mecanismos de decisão sobre aditivos que começam com estudos técnicos na base até chegar ao exame final da diretoria colegiada.

Ministério da Saúde realizou diagnóstico em 121 municípios e uma das constatações foi a presença de médicos de países vizinhos trabalhando no Brasil de forma ilegal

Cidades de fronteira sofrem com a falta de médicos

A FALTA DE médicos é um problema comum aos municípios localizados na faixa de fronteira. O diagnóstico foi apresentado ontem pelo diretor do Departamento da América do Sul 1 do Ministério das Relações Exteriores, João Luiz Pereira Pinto, durante audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na audiência, que integra ciclo de debates a respeito do desenvolvimento econômico e social na fronteira, o diplomata revelou que, para contornar o problema da falta de profissionais, alguns municípios estão recorrendo à "criatividade brasileira". Ele citou o caso do município de Jaguarão (RS), que, por não poder contratar diretamente estrangeiros, celebrou

convênio com a Santa Casa local, e a entidade, por sua vez, chamou médicos uruguaios para atender à população brasileira.

– A ausência de médicos nas fronteiras daqui a pouco vai virar uma crise – alertou Pereira Pinto, após admitir que ainda existe "muita descoordenação" dentro do Poder Executivo a respeito das áreas fronteiriças.

O governo já realizou diagnóstico da situação de saúde em 121 municípios incluídos nas faixas de fronteira, segundo informou na reunião o coordenador-geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Paulo de Tarso. Uma das principais conclusões foi a presença de profissionais de saúde de países vizinhos trabalhando no Brasil de forma ilegal. Ele também revelou existirem problemas graves de cooperação em ações

de combate à malária e à dengue. Mas elogiou a qualidade e a abrangência do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Nosso sistema de saúde é universal e prevê a garantia de atendimento a todo ser vivo, independentemente de ser ou não brasileiro. Precisamos discutir juntos como podemos construir um bom atendimento para os brasileiros e os vizinhos.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), presidente da subcomissão, disse que o Brasil tem mais médicos do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Esses médicos, porém, estão nas grandes cidades. Por sua vez, Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que cinco dos seis médicos que trabalhavam em Costa Marques (RO) foram demitidos por serem bolivianos e não contarem com o registro profissional no Brasil.

Pinheiro destaca nova ala de hospital do câncer

Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou a inauguração de nova ala do Hospital do Câncer de Barretos (SP), batizada com o nome da cantora baiana Ivete Sangalo. O evento contou com a presença do governador Jaques Wagner.

O senador também cobrou melhorias para o município de Lauro de Freitas, que abriga parte do aeroporto de Salvador e é rota de passagem para as atrações do litoral norte, como a Praia do Forte e Mangue Seco.

De acordo com Walter Pinheiro, o governo baiano avalia a implantação de um novo



Senador relata que governador da Bahia esteve na inauguração da ala

modal de transporte visando à preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014. O projeto prevê ainda um metrô de superfície ligando a Avenida Bonocô até Lauro de Freitas. O esforço, segundo ele, é para que o modal no futuro atenda à demanda de parte da população de Lauro de Freitas que trabalha no Polo Petroquímico de Camaçari e em Salvador.

Anibal aponta sucesso do Acre contra malária

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou o sucesso de projeto de combate à malária implementado no Acre pelo governador Tião Viana. A técnica principal, inicialmente utilizada no Vietnã e na China, consiste na distribuição gratuita de mosquiteiros cujo tecido foi impregnado com inseticida da classe dos piretroides.

A redução do número de casos nos municípios acreanos de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima foi de cerca de 60%, passando de 93.363 casos, em 2006, para 36.662 em 2010, informou o senador.



Experiência acriana representará o Brasil na Opa, informou o senador

Anibal elogiou o governo estadual e os agentes de saúde que, com visitas às residências, orientaram a população sobre a importância do uso dos mosquiteiros. A experiência foi tão bem-sucedida que o Ministério da Saúde resolveu elegê-la para representar o Brasil em prêmio da Organização Pan-Americana de Saúde (Opa).

Wellington: ensino tecnológico no Piauí é um êxito

Wellington Dias (PT-PI) destacou a implantação, no Piauí, do ensino tecnológico, que combina ensino a distância e presencial. O estado reverteu o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em educação e conseguiu que hoje 1 milhão de estudantes tenham completado o ensino médio.

– Um município que tinha um dos mais baixos indicadores na área da educação fez a diferença com o uso da tecnologia, ganhando aproximadamente seis anos das metas estabelecidas em apenas dois anos – celebrou.

De acordo com o parlamentar,



Rede criada na gestão do senador à frente do governo tem 44 polos

212 alunos estão se formando em Administração de Empresas em oito municípios, no modelo universidade aberta, modalidade de ensino na qual o Piauí foi pioneiro.

O modelo foi implantado quando ele era governador (2003-2010) e hoje conta com 44 polos de ensino. O diploma é concedido pela Universidade Federal do Piauí, informou.



Mozarildo (C) preside audiência da Subcomissão da Faixa de Fronteira, entre o diplomata João Luiz Pereira Pinto (E) e Paulo de Tarso, do Ministério da Saúde: no Brasil, médicos se concentram nas grandes cidades

Geovani defende melhores salários para os médicos

Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu ontem plano nacional de cargos e salários para os médicos, argumentando que eles não se fixam no interior, especialmente nas cidades de difícil acesso, porque os salários não são atraentes e por falta de condições para exercerem a profissão.

Os estudos que apontam a existência de alto número de médicos proporcionalmente à população e, ao mesmo tempo, a escassez de profissionais no



Incentivo levaria mais médicos para cidades do interior, diz o senador

interior, não mostram, disse, a falta de condições adequadas de trabalho e de salários dignos. Geovani citou desde a falta de equipamentos apropriados e de material até a alta demanda a que esses profissionais têm que atender, trabalhando "sob pressão e com baixos salários".

Senador comemora decisão em favor de usuários de planos

O senador Geovani Borges comemorou decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que obriga os planos de saúde a divulgar na internet suas redes assistenciais, permitindo que o beneficiário localize de forma ágil todos os prestadores de serviço contratados.

Segundo ele, isso traz alívio aos usuários, que poderão encontrar rapidamente os locais onde realizar os atendimentos.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Grazziotin • Mozarildo Cavalcanti • Sérgio Souza • Paulo Paim • Ana Amélia

* Licenciados

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Sílvia Burle, Suelly Bastos e Sílvia Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



José Eduardo Cardozo (C) defende o projeto junto a senadores tucanos

Ministro pede a PSDB aprovação da Comissão da Verdade

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reuniu-se ontem com a bancada do PSDB no Senado para pedir a aprovação do projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. A proposta, que já está pronta para entrar na ordem do dia da Câmara dos Deputados, tem o objetivo de examinar e esclarecer os casos de violação de direitos humanos ocorridos na ditadura militar (1964-1985).

Cardozo quer que o Projeto de Lei 7.376/10 seja aprovado pelo Congresso sem turbulências e, de preferência, da forma como foi enviado pelo Executivo. O ministro disse que o encontro com o PSDB foi a primeira conversa com a oposição no Senado. Ele agora vai procurar os senadores do DEM.

– A Comissão da Verdade é importante para o Brasil – afirmou o ministro.

Segundo o líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), a bancada vai examinar o projeto em detalhes para decidir sua posição.

– O ministro reconhece que

a proposta pode causar contrangimentos em algumas áreas, que o assunto é complexo. Por isso, é preciso discuti-lo reservadamente antes de colocá-lo em debate no Congresso.

Nas negociações com a Câmara, o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim havia assegurado que a comissão não teria caráter persecutório. Com a recente chegada de Celso Amorim à pasta, alguns temiam que ele fosse mais afinado ideologicamente com a esquerda. Coube então a Cardozo a missão de retomar as negociações e assegurar que nada muda no projeto com a chegada de Amorim.

Segundo o governo, a criação da Comissão da Verdade é um reconhecimento da dívida do Estado com as famílias que até hoje não sabem em que circunstâncias seus parentes morreram ou desapareceram na ditadura. O governo explica que mais de 30 países, como a Argentina e a África do Sul, criaram comissões semelhantes para promover a “reconciliação nacional”.

Mozarildo: governador de RR cerceia liberdade de imprensa

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, que, segundo ele, não permitiu o acesso de órgãos da imprensa local que lhe fazem oposição a evento de programa de crédito social.

O senador chamou a atenção de instituições como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o que chamou de desrespeito à liberdade de imprensa no seu estado.

Mozarildo disse que José

de Anchieta Júnior teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), mas permanece no cargo aguardando julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

– Apenas três órgãos de imprensa ousam fazer oposição a esse governador – uma televisão, uma rádio e um jornal impresso. O governador proibiu que esses veículos da imprensa fizessem a cobertura de um ato oficial. Ora, um ato oficial do governo é um ato público, portanto, aberto a qualquer cidadão – protestou.

Participantes de debate no Senado dizem que o problema da droga só será resolvido com a participação da família e com a legalização das comunidades terapêuticas

Só união da sociedade e do Estado pode enfrentar crack

O ESTADO NÃO tem condições de resolver sozinho o problema do crack no país. A participação da família e de comunidades terapêuticas é fundamental para a prevenção, tratamento e reinserção social dos dependentes. Essa é a avaliação de participantes de debate ontem na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e outras Drogas.

Luiz Vicente da Cunha Pires, prefeito de Cachoeirinha (RS), primeira cidade a instituir uma comunidade terapêutica pública, informou que são gastos cerca de R\$ 1 mil por mês para manter cada pessoa, um terço do valor para manter um presidiário, que, em sua opinião, dificilmente será recuperado e pode até se aprimorar no crime.

O programa de recuperação de dependentes de drogas de

Cachoeirinha, explicou o prefeito, envolve medidas de repressão, recuperação, prevenção e socialização.

Segundo ele, a prevenção é o aspecto mais importante. Luiz Pires disse ser necessário detectar os fatores que levam os jovens a experimentar drogas e, a partir das informações, estabelecer políticas.

Ele sugeriu a inibição de propaganda de bebidas alcoólicas, que, em sua opinião, estimula os jovens a consumir drogas. Investimento em esporte, escola em tempo integral, legalização de comunidades terapêuticas e aplicação de penas alternativas também estão entre as ações adotadas pela prefeitura.

O secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha (ES), Ledir da Silva Porto, reforçou a importância das comunidades terapêuticas e informou que o

município tem convênio com várias instituições. Para ele, o Estado deve oferecer a estrutura, porém, é necessária a atuação de pessoas solidárias e “com coração” para enfrentar o problema das drogas.

– Sem as comunidades terapêuticas, é impossível o governo fazer alguma coisa – avaliou Ledir Porto, ao afirmar que o Brasil não está preparado para enfrentar o problema do crack.

As ações adotadas em Vila Velha, informou o secretário, incluem o combate ao tráfico de drogas pelo Ministério Público, pela Justiça e Polícia Federal; eliminação de espaços usados para consumo de crack – as chamadas cracolândias – e acolhimento em instituição para tratamento do dependente. Ele disse que a prefeitura instalou câmeras para monitorar as ruas e flagrar os usuários e traficantes.



Wellington Dias (2º à dir.), que preside a subcomissão, ouviu debatedores do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul

Família, escola, Congresso: todos devem ajudar

O deputado estadual do Rio Grande do Sul, Mano Changres, utiliza a música e outras expressões artísticas para enfrentar o crack. Ele defendeu investimento em educação para tornar a escola um local atrativo para estudantes e a comunidade.

Changres também enfatizou a importância de a família assumir a educação dos filhos e não delegar essa tarefa apenas para a escola. Assim, ressaltou, são formados multiplicadores, capazes de falar a linguagem dos jovens sobre os males da droga.

Sobre a recuperação de dependentes de drogas, a senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou que a sociedade precisa assumir compromissos, pois o Estado não pode atuar sozinho.

– Os primeiros mestres são o pai e a mãe. Não adianta querer transferir para a escola uma responsabilidade que é da família – disse a senadora.

O deputado Mano Changres informou que o crack vem se espalhando pelo país desde a década de 80 e, atualmente, está presente em 70% dos municí-

pios. Ele explicou que o crack é um subproduto da cocaína e tem atuação 180 vezes mais rápida que esta droga. No entanto, destacou, o efeito dura poucos minutos e, em seguida, a pessoa atinge uma depressão profunda. Explicou ainda que, em 80% dos casos, o crack vicia na primeira vez de uso.

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) sugeriu que a subcomissão apresente proposta para diminuir a burocracia para liberação de recursos do SUS para as comunidades terapêuticas.

Sarney recebe proposta da OAB para diversidade sexual

Membros da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT e da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, o anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual, acompanhado de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que incorpora os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero e de uma lista de alterações para adequar as leis ao novo estatuto.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP), integrante da frente, elogiou o esforço da OAB e ressaltou a necessidade de aprovar a iniciativa. A presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB, Maria Berenice Dias, disse que o anteprojeto é arrojado e prevê, por exemplo, a licença-natalidade – em substituição às licenças maternidade e paternidade, além de ampliar a definição de casamento.

Humberto elogia postura do PSDB no combate à miséria



Humberto Costa (PT-PE) destacou o encontro dos governadores dos quatro estados do Sudeste com a presidente Dilma Rousseff, no último dia 18, em São Paulo, para assinatura de acordo do programa Brasil sem Miséria. O senador elogiou o novo momento na convivência dos governos estaduais com o governo federal e enfatizou o empenho dos governadores Geraldo Alckmin (SP) e Antonio Anastasia (MG).

– As diferenças políticas foram superadas, e ambos os governadores do PSDB uniram-se ao processo que irá cumprir um dos mais importantes compromissos assumidos pela presidente durante sua campanha eleitoral: acabar com a pobreza extrema no Brasil.

Comissão de reforma do Código Penal terá 15 juristas

Com a pauta travada por duas medidas provisórias (MP 530/11 e 531/11), o Plenário aprovou ontem 13 requerimentos. Um deles aumenta o número de juristas da comissão que irá elaborar o anteprojeto do novo Código Penal. A comissão passará a ter 15 juristas – no requerimento inicial eles seriam sete.

Também foi aprovado requerimento para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realize audiência pública específica para debater o projeto que estabelece o salário mínimo como piso para os que trabalham menos de oito horas por dia ou 40 horas por semana. No caso dos diaristas, por exemplo, o cálculo do pagamento seria proporcional ao salário mínimo ou maior. O projeto (PLS 393/09) é do senador Armando Monteiro (PTB-PE), que já foi votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Proposta original, da então senadora Rosalba Ciarlini, resultou de audiência pública no Senado em 2009 que reuniu vários expoentes da velha guarda da música popular

Reconhecimento da profissão de compositor passa na CE

O RECONHECIMENTO DA atividade de compositor como profissão artística poderá ser feito por lei específica. Projeto com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo texto aprovado, é considerado compositor o autor de obras musicais, com ou sem letra, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro.

O projeto original, da então senadora Rosalba Ciarlini, alterava a Lei 3.857/60, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e regulamenta o exercício e a profissão de músico. A proposta incluía os compositores na legislação, alterando a nomenclatura para Ordem dos Músicos e Compositores do Brasil e modificando vários artigos da lei, para beneficiar a nova categoria.

Ela explica que a proposta

teve origem em audiência pública realizada em 9 de dezembro de 2009, com a presença da velha guarda da música popular brasileira. Os compositores populares, muitos deles já idosos, reclamaram das dificuldades que enfrentam por não terem a profissão reconhecida, como a falta de aposentadoria própria e pouca informação sobre seus direitos trabalhistas.



Relator do projeto, Paulo Bauer sugeriu várias modificações

Para Rosalba, a iniciativa "faz justiça a esses artistas que encantam a todos os brasileiros, mas são tão pouco lembrados em razão da prática de se divulgar o intérprete e se desconsiderar o compositor".

O relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), reconhece a relevância da matéria, mas avalia que o projeto original é "ineficaz e injurídico" por vários motivos, como o fato de que a existência da própria OMB, como órgão regulamentar da profissão de músicos, vem sendo questionada por importantes segmentos da categoria, que tem levado casos pontuais aos tribunais.

Bauer optou por outro texto, que prevê o reconhecimento da categoria de compositor por lei específica, sem interferir na legislação de outras categorias.

A CE aprovou ainda projeto que denomina Galeria Histórica do Senado José Alencar a galeria do corredor de acesso do edifício principal ao Anexo 2, conhecido como Túnel do Tempo (PLS 13/11).

Proposta de plano de cargos para educação pode sair em 30 dias

A CE e o Ministério da Educação formularão uma proposta de lei de diretrizes para a elaboração de um plano de cargos e salários da educação básica. A informação foi dada ontem pelo presidente do colegiado, Roberto Requião (PMDB-PR). Ele assinalou que o projeto poderá ficar pronto em 30 dias, ainda a tempo de ser incluído no Plano Nacional de Educação.

O senador informou ter conversado com o ministro da Educação, Fernando Haddad,

que se mostrou bastante satisfeito com a proposta. O projeto ficará vinculado a um processo de educação continuada e as prefeituras que não tiverem condições de arcar com os salários poderão receber recursos de fundos da educação.

O presidente da CE disse ainda que Haddad designou um assessor para reunir todas as propostas em tramitação no Congresso e, em seguida, fazer reuniões com a CE e consultores do Senado.

Roberto Requião lamenta ausência de convidados

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Roberto Requião (PMDB-PR), deve enviar hoje ofício ao ministro Fernando Haddad lamentando a ausência, sem justificativa, de três convidados ligados ao Ministério da Educação a audiências da comissão.

No documento, Requião informa que no dia 10 de agosto foi convidado o diretor de Cooperação e Planos de Educação do ministério, Antônio José Medeiros, para discutir o tema "A interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas". No dia 17, sem justificativa, não compareceram o presidente do FNDE, José Carlos Wanderley Dias de Freitas, e a presidente do Inep, Malvina Tuttman, para debaterem o tema "Os Recursos Financeiros destinados à Educação nos anos de 2009 a 2010".



Marta (E) e Lídice (D) na sessão dirigida por Sarney, entre Lúcia e Paloma Rocha

Governo promete ajuda a acervo de Glauber Rocha no Rio

Durante homenagem do Senado ao cineasta Glauber Rocha (1939-1981) ontem, o Ministério da Cultura anunciou apoio ao Tempo Glauber Rocha, espaço mantido pela família para preservação de documentos. Pouco antes de um comunicado formal da ministra da Cultura, Ana de Hollanda, a filha do cineasta, Paloma Rocha, pediu que o Senado e o ministério não permitissem o fim do projeto.

O comunicado foi lido por José Sarney, que presidiu a sessão solicitada por Lídice da Mata (PSB-BA).

Paloma lembrou que o Tempo Glauber não tem sede própria nem recursos regulares, e mês passado teve de demitir seis funcionários por falta de verbas. Segundo ela, no governo Lula um acervo de 30 mil documentos foi mantido no espaço cultural devido a políticas públicas e hoje fazem parte da Cinemateca Brasileira, disponíveis ao público. Outros 50 mil documentos, porém, necessitam de cuidados.

Lídice afirmou que o Tempo Glauber está no Rio de Janeiro "graças à tenacidade, à perseverança e à luta" de Lúcia Rocha, mãe do cineasta.

Para a senadora, Glauber,

além do reconhecimento mundial como líder e principal figura do Cinema Novo, "foi autor dos mais relevantes escritos sobre arte cinematográfica já publicados no país".

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que o desafio do Ministério da Cultura é ampliar a obra e os ensinamentos de Glauber. Geovani Borges (PMDB-AP) enfatizou que o cineasta foi "um cosmopolita que nunca deixou de ser sertanejo". Marta Suplicy (PT-SP) afirmou que ele foi "um símbolo da criatividade do cinema nacional e um gênio brasileiro".

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu um trecho da entrevista concedida pela mãe de Glauber ao *Jornal do Senado*, na qual Lúcia revela que, em vez de brincar com os garotos de sua idade, ele passava os dias dentro de casa, lendo e escrevendo. O senador, que esteve presente ao enterro de Glauber, chorou no final de seu pronunciamento.

– Na história da inteligência brasileira, Glauber Rocha foi um dos instantes maiores que tivemos – afirmou Sarney, lembrando também o filme *Maranhão 66*, no qual o cineasta filmou sua posse como governador daquele estado.



Requião e Cristovam na CE: projeto deve ajudar na aplicação de piso nacional

Collor celebra 80 anos das leis trabalhistas

Fernando Collor (PTB-AL) destacou ontem os 80 anos do Decreto 19.770/31, que regulou a sindicalização das classes patronais e operárias no país. O senador afirmou que, como integrante do Partido Trabalhista Brasileiro e neto de Lindolfo Collor (1890-1942), primeiro ministro do Trabalho do Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, não poderia deixar de registrar o que considerou ser um dos mais importantes marcos legais das classes trabalhistas.



Fernando Collor

Collor disse que, em 1929, seu avô, Lindolfo Collor, escreveu no Rio Grande do Sul o Manifesto da Aliança Liberal. O documento, encampado por Getúlio Vargas, que liderou o governo de transição pós-Revolução de 1930, continha a promessa da elaboração de uma legislação trabalhista para o país. Com isso, explicou Collor, "sairiam da alçada policial as questões surgidas entre o capital e o trabalho e o operariado brasileiro teria seus direitos assegurados".

Aloysio quer dar nome de Jango à BR-153

O Brasil desconhece a importância do presidente deposto João Goulart, que viveu e morreu no exílio, "atormentado por uma saudade profunda de sua terra", afirmou ontem Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que apresentou projeto de lei dando o nome de Goulart à BR-153, que vai de Aceguá (RS) a Marabá (PA), passando pelo Planalto Central.

O senador contou ter sido motivado pela leitura de biografia do ex-presidente escrita pelo historiador gaúcho Jorge Ferreira, intitulada *João Goulart*.

Aloysio Nunes disse que João Goulart foi hostilizado tanto pela direita, como

pela esquerda. Pelos conservadores, era temido pelo caráter popular de suas reformas de base e acusado de querer implantar no Brasil uma república sindicalista. Já os esquerdistas o estigmatizavam por sua "vacilação" – para explicar a vulnerabilidade da democracia brasileira.

Para o senador, o programa de reformas proposto por João Goulart, "sem dúvida alguma, ameaçava o *status quo* no Brasil, abria o caminho para uma maior participação do povo na decisão das questões nacionais e afirmava a soberania brasileira e a autonomia do país no cenário da política externa".